



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0014562-48.2012.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigações**  
 Requerente: **Rodrigo Otavio Magrini da Silva**  
 Requerido: **Eduardo Casale Piovesan**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**CONCLUSÃO**

Aos 23 de abril de 2015, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito, o Exmo. Sr.

Dr. **MILTON COUTINHO GORDO.**

Eu,....., esc., digitei e subscrevi.

**Processo nº 1440/12**

**PODER JUDICIÁRIO**

**São Paulo**

**1ª Vara Cível de São Carlos**

**Processo nº 1440/12**

**VISTOS**

**RODRIGO OTAVIO MAGRINI DA SILVA**  
 ajuizou Ação de **COBRANÇA c.c PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E OBRIGAÇÃO DE FAZER** em face de **EDUARDO CASALE PIOVESAN**, todos devidamente qualificados.

Aduz a requerente, em síntese, que em 26 de julho de 2006 as partes constituíram uma sociedade simples limitada, dando-lhe a

**0014562-48.2012.8.26.0566 - lauda 1**


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

denominação de Magrini & Piovesan Engenharia S/S Ltda o qual consistia na prestação de serviços de topografia, cartografia e Geodésia. Alega que os trabalhos dos sócios vinham sendo normalmente realizados, ano a ano, com a correta distribuição dos lucros entre eles, porém, passados aproximadamente 5 anos (17/05/2011), o Executado decidiu retirar-se da sociedade. Ocorre que após a retirada do Réu sócio, teve conhecimento de que durante a vigência da sociedade teria realizado trabalhos, individual e sigilosamente e que o Réu ou alguém de seu mando, teria falsificado sua assinatura em documentos de sua responsabilidade, e que teria adulterado os marcos em suas terras rurais objeto de medições. Alega ainda que, em alguns casos o Réu teria recebido por trabalhos prestados pela sociedade e não teria lhe repassado as quantias a que fazia jus. No entanto pede a procedência da ação condenando o Réu ao pagamento dos valores devidos ao Autor, bem como indenizar os danos morais por ele sofridos. Juntou documentos às fls. 21/56.

Devidamente citada, a requerida contestou alegando preliminarmente, a ilegitimidade ativa e passiva. No mérito, sustentaram em síntese que: 1) manteve a sua sociedade com o Escritório Técnico de Agrimensura de São Carlos, dando continuidade na prestação de serviços de seus clientes; 2)jamais praticou ato contrário aos interesses sociais, desde que o Autor sempre esteve ciente dos rumos empresariais; 3) os serviços de medição das propriedades rurais foram contratados em sua atividade social junto ao escritório; 3) as assinaturas constantes nos documentos não são da lavra do contestante, mas sim do autor; 4) não havia trabalho novo na Fazenda Santa Cecília, havia somente correções de trabalhos já executado, que não importam na cobrança de novos horários; 5) não há comprovação, inclusive, do dano moral sofrido, de modo que o contestante não falsificou assinaturas, documentos ou alterou marcos de medição sendo assim, o mero dissabor não pode ser alçado ao patamar do dano moral. Pediu a improcedência da ação.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sobreveio réplica às fls. 104/118.

Pelo despacho de fls. 186, as partes foram instadas a produzir provas e pediram a oitiva de testemunhas. O Requerido, ainda, pediu o depoimento pessoal do autor e o Requerente pediu prova pericial grafotécnica.

As partes foram convocadas à tentativa de conciliação, em que se resultou infrutífera (fls. 230).

**É o relatório.****DECIDO.**

Inicialmente é de rigor reconhecer que o autor não tem legitimidade para, em nome próprio, como pessoa física, se apresentar a Juízo.

Ao que consta da inicial os serviços na área de topografia, cartografia e geodésia teriam sido prestados às propriedades rurais indicadas a fls. 06/13 (Fazendas Três Marias, Nova Guará, Angolinha, Jequitiba, Santa Angela, Santa Eustáquia, Santa Cecília, Rancho Alegre, Santa Helena de Ytácio, Araraquara e José Sampaio) pela sociedade MAGRINI & PIOVESAN ENGENHARIA S/S LTDA, que tem personalidade jurídica própria e distinta dos sócios (autor e réu, à época);

Aludida sociedade ainda existe, e se “desfalque” (desvio de receita) realmente ocorreu, e foi praticado por um sócio, é dela a legitimidade de demandar o ressarcimento em juízo.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

\*\*\*

Mesmo que assim não se entenda outras questões merecem ser destacadas e levam, sem via de dúvidas, a improcedência do reclamo.

Como já dito, na inicial o autor argumenta que **todos os serviços especificados teriam sido prestados às propriedades rurais pela sociedade MAGRINI & PIOVESAN ENGENHARIA S/S LTDA**, na ocasião composta por ele e pelo réu, que assumiram, no giro societário, tarefas distintas e consignadas no contrato social.

Ocorre que nenhum documento nos foi exibido indicando que as aludidas contratações teriam realmente envolvido sobredita sociedade.

Ao revés, temos a fls. 206/211, documentação idônea revelando que os serviços técnicos nas Fazendas Três Marias, Nova Guará, Angolinha, Jequitibá e Santa Angelo I e II **foram entregues a ETATOPOGRAFIA no ano de 2009, pessoa jurídica também integrada pelo réu, mas sem qualquer vínculo com a MAGRINI & PIOVESAN.**

Nesse ponto é interessante ressaltar **que no contrato social do MAGRINI & PIOVESAN o requerido não assumiu a obrigação de atuar com exclusividade** podendo obviamente desempenhar suas funções para outras empresas e mesmo de modo autônomo.

Por outro lado, a perícia grafotécnica realizada na documentação exibida a fls. 269 e ss foi inconclusiva a respeito dos sinais questionados, que teriam sido lançados pelas partes.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Na maioria deles foi apurada a incompatibilidade e no restante afastada categoricamente a possibilidade dos sinais terem sido produzidos pelos punhos escreventes dos litigantes.

Se nos sobreditos documentos as assinaturas do autor foram realmente falsificadas por terceiros a mando do réu – o que a pericia, saliento, não apurou – e tais serviços, como já dito, foram encomendados a ETA fica mais evidente que não cabe ao réu qualquer responsabilidade de pagamento.

Ademais, é importante salientar que se o autor tem como provar que terceiro, a mando do réu, falsificou suas assinaturas deveria ter indicado nos autos o nome desse terceiro a fim de que o juízo providenciasse a coleta de seu material grafotécnico e o submetesse a apreciação do perito !!!!!..

Como nada disso foi feito cabe ao autor recolher o ônus de sua inércia.

Por derradeiro não há como admitir que a prova exclusivamente testemunhal seja utilizada para demonstrar a existência dos contratos referidos na inicial, que tem valores expressivos e evidentemente superiores ao teto legal..

Nesse diapasão:

Apelação 3040302-76.2013 j. em 08/04/2015 e  
Apelação 9080904-39.2009 j. em 04/09/12, ambos do TJSP.

Mais, creio é desnecessário acrescentar.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

\*\*\*

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE O PLEITO CONTIDO NA EXORDIAL.**

Ante a sucumbência, fica o autor condenado ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do requerido, que fixo, por equidade, em R\$ 1.000,00.

**P. R. I.**

São Carlos, 11 de agosto de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**